

Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira

Fábio Antonio de Campos

Resumo

Em face da grave crise atual, temos por objetivo neste artigo descrever os traços gerais do imperialismo no contexto mundial e sua relação com a economia brasileira recente. Além de descrevermos as características mais explícitas de tal quadro, nos remetemos ao legado dos autores marxistas do debate clássico do imperialismo. Como forma de entender a conjuntura presente como resultado de profundos determinantes estruturais, também deslocamos essa análise atual do imperialismo para os problemas históricos, desde nossa formação econômica até seu colapso com o neoliberalismo.

Introdução

Diante da crise contemporânea e seus reflexos sobre a sociedade brasileira, temos que entender as determinações profundas da formação econômica brasileira e sua relação com o imperialismo. Nesse sentido, propomos neste ensaio descrever a anatomia atual do imperialismo e a inserção subordinada da economia brasileira. Para tanto, iniciaremos uma sucinta reflexão sobre o imperialismo e suas expressões na atualidade, para em seguida mostrar os impactos recentes na economia brasileira. Por último, definiremos historicamente a gênese de tal processo.

Imperialismo na atualidade

O imperialismo é constituído por um fenômeno que marca a origem do capitalismo monopolista no final do século XIX. Concomitantemente, evidencia a face mais crua dos limites da razão iluminista burguesa. Tanto o processo de colonização formal da África e da Ásia, quanto a espoliação ininterrupta da América Latina por potências imperialistas, explicitam tal estágio. Exacerbada pela concorrência intercapitalista e pela luta de classes, a dinâmica contraditória de concentração e centralização de capital resume o objetivo máximo do capital nesta fase que é conservar a qualquer custo a valorização em detrimento das necessidades humanas. O saldo desse processo se coloca de um lado pelo acirramento do movimento revolucionário dos trabalhadores desde o século XIX, chegando à Revolução Russa de 1917, bem como todas as revoluções socialistas e nacionalistas na periferia no século XX. De outro lado, se dá pela marcha da barbárie via duas guerras mundiais que ceifaram a vida de 100 milhões de seres humanos, além da hecatombe nuclear, e da

formação de um complexo industrial militar objetivado em ações de pesquisa, inovação, técnica em defesa bélica, desde a Guerra Fria até o policiamento norte-americano recente contra o terrorismo.

Da mesma forma que encerra as possibilidades civilizacionais burguesas, o capital monopolista advindo do imperialismo inaugura uma fase de dominação socioeconômica, militar e política derivada de uma oligarquia financeira que subordina o desenvolvimento das forças produtivas e a exploração da força de trabalho ao seu ímpeto de conquista. Como mostrou Lênin (1979) em 1916, esta fase inaugura um período de luta sem trégua para a valorização, cuja fúria intercapitalista transforma o espaço central e periférico em campo de batalhas imperialistas em nome do lucro e da violência. Hilferding (1983), neste sentido, identificou no imperialismo um vínculo indissociável entre capital financeiro e exportação de capital que, para além de meros fluxos de capitais, significou a própria exportação de uma relação social de controle expressa por uma unidade entre os interesses burgueses, crescente mobilidade do capital e uma intensificação de antagonismos que surgiram entre capitalistas, entre nações e do proletariado contra o capital¹. Trata-se, na verdade, daquilo que Rosa Luxemburgo (1985) denominou de política do imperialismo baseada na expropriação e na reinvenção de formas pretéritas de dominação, em que a violência, as finanças e a economia de guerra seriam atributos genéticos indissociáveis de tal estágio capitalista.

Em síntese, o legado dos autores clássicos também vale para os dias de hoje, destacando as seguintes questões (CAMPOS, 2012): i)- concorrência intercapitalista: se perpetua como dínamo permanente da conquista de mercados; ii)- exportação de capital: significa a regra do imperialismo em qualquer época, pois trata de uma exportação de relação social de poder e dominação; iii)- unidade do capital: sem desfazer a intensa concorrência entre capitais, essa característica revela um nexo por onde articulam-se politicamente os interesses mútuos da oligarquia financeira; iv)- rivalidade imperialista: mesmo em momentos em que uma nação capitalista se associa a outras para exercer uma determinada hegemonia, tal elemento é constante diante da instabilidade do sistema; v)- rivalidades nacionais: é uma possibilidade recorrente diante da reprodução sistemática das heterogeneidades no processo de valorização capitalista; vi)- mobilidade do capital: defendida pela natureza estatal do imperialismo, busca sempre desobstruir as vias que podem impedir a valorização do

¹ Sobre este caráter do imperialismo ver nosso trabalho: CAMPOS e SABADINI (2014).

capital, seja pela política econômica, hábitos culturais e de consumo ou pela intervenção militar.

No momento atual de intensa financeirização, o domínio das corporações transnacionais está em toda parte do planeta, sendo a espoliação capitalista pela superexploração da força de trabalho similar ao diagnóstico do debate clássico do imperialismo. A começar pelo intenso poder rentista do capital financeiro. Segundo dados do *Bank for International Settlements* (BIS, 2015), o PIB mundial alcançou US\$ 77 trilhões em 2014, sendo que a massa em derivativos emitidos no mesmo ano, ou seja, a riqueza especulativa, foi de US\$ 692 trilhões, 9 vezes mais, portanto, que a soma mundial de toda riqueza real produzida pelos países no mundo.

Também é marcante o poder das corporações transnacionais no mecanismo de centralização de controle acionário e participação em milhares de empresas, em diferentes ramos de atuação. Em uma amostra de 43 mil empresas, de um universo de 30 milhões em 48 países de acordo com a definição da OCDE (obtidas pelo banco de dados da Orbis de 2007), e com o objetivo de analisar o rendimento operacional e o valor econômico das corporações, um estudo de uma instituição suíça de matemática (VITALI, GLATTFELDER e BATTISTON, 2011) constatou-se que 75% do núcleo dessas empresas administram elas próprias (participações cruzadas, umas controlando a propriedade das outras). Os resultados vão além do que Hilferding, Rosa Luxemburgo e Lênin poderiam supor no limiar do século XX, visto que dessas 43 mil corporações, apenas uma soma pequena controla 80% de suas operações, ou seja, 737 empresas transnacionais têm a rede global de controle de todo conjunto corporativo (*network control*). Em uma nova aproximação, 40% do controle sobre o valor econômico de todas estas empresas transnacionais estão nas mãos de um grupo seleto de apenas 147 corporações do núcleo, que são, portanto "super entidades" na rede global das corporações. Para se ter uma idéia, 1% das empresas transnacionais consegue governar 40% de toda a rede, a maioria são instituições financeiras como Barclays Bank, JP Morgan Chase & Co, Goldman Sachs, dentre outras, sendo a maioria de origem norte-americana e européia.

Do ponto de vista espacial, o imperialismo também se identifica atualmente pela junção de redes transnacionais de poder que subordinam cidades ou pequenas regiões, disfarçadamente chamadas de agentes do "desenvolvimento endógeno". Dessa forma, o espaço local direciona e efetiva uma "agenda estratégica" imperialista, lhe conferindo os seguintes atributos: velocidade, competitividade, empreendedorismo, confiança e *marketing*. Os governos, principalmente de regiões

periféricas do capitalismo, teriam a função apenas de orientar uma estratégia híbrida entre o poder público e privado, conferindo às lideranças locais a grande parte da responsabilidade. O que se pode perceber aqui é um imperialismo entendido como uma economia em rede, de múltiplas regiões conectadas às grandes corporações transnacionais. A fim de garantir segurança para a mobilidade do capital e liberdade para seus diferentes canais de realização, a única forma que o Estado seria aceito neste contexto neoliberal é por meio de um ambiente favorável aos investimentos privados (infra-estrutura viável e marco regulatório condizente). Tal reestruturação geográfica de poder imperialista imputa a cidades e aos estados da federação de países periféricos uma enorme guerra fiscal. Nessa incessante disputa por atração de empresas transnacionais articuladas ao espaço global, desorganizam-se os centros internos de decisão, além de colocar em sério risco a própria unidade territorial dos países subdesenvolvidos².

Em relação ao mundo do trabalho fica ainda mais evidente a atualidade das teses clássicas do imperialismo quando constatamos a intensificação da exploração dos trabalhadores em todas as regiões do mundo, acirrando a luta de classes. Diferente da época de Lênin, todavia, hoje existe um deslocamento gigantesco de empresas transnacionais para países semi-coloniais. Ao desenvolverem uma intensa especialização produtiva, tais "cadeias globais" subordinam vastos contingentes de trabalhadores a um regime de precarização do trabalho mediante a terceirização e subcontratação, "elegantemente" chamadas pelos economistas de "ganhos de produtividade". Segundo os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2015), compilados por Godeiro (2015) em 2014, a remuneração da força de trabalho, em ganhos por dólares/hora na Alemanha era de 25,80, EUA: 23,32, Brasil: 5,41, Polônia: 4,86, China: 3,50, e, Filipinas: 1,45. Não é por outra razão que ocorreu o deslocamento de 200 milhões de camponeses chineses para os grandes centros urbanos daquele país para se transformarem em classe superexplorada, em uma economia com um estoque de 1,3 trilhões de dólares em investimento direto estrangeiro, distribuídos em 445 mil filiais de empresas transnacionais, sendo sua maioria de origem norte-americana, segundo os dados de Godeiro (2015).

Desse modo, é possível imaginar a fraqueza e vulnerabilidade de uma economia dependente e subdesenvolvida como a brasileira perante tal força imperialista. O desafio neste caso é de entendermos como que a conjuntura atual, marcada pela crise brasileira reflete também o controle das empresas transnacionais e dos interesses das

² Este tema está matizado em nosso trabalho: CAMPOS e COSTA (2012).

burguesias internas sobre o destino de nossa existência, condicionando a vida nacional à valorização capitalista em sua dimensão global.

Imperialismo na economia brasileira contemporânea

Na essência, o raio de ação da economia brasileira no século XXI está delimitado por um processo de concentração e centralização do capital em uma escala inimaginável por Marx e Lênin, cujo poder do capital financeiro basicamente se impõe pela vinculação da política econômica neoliberal a um pacto entre as burguesias internas e transnacionais, com vistas a defender com unhas e dentes um espaço de valorização. A exigência máxima imperialista nessas condições é a consolidação de um elevado nível de mobilidade do capital à custa do esgarçamento social da população brasileira. O tamanho do impacto do capital monopolista na economia do Brasil se revela por uma crescente regressão das forças produtivas, desnacionalização, reprimarização, desintegração regional, depredação ambiental, cristalização da desigualdade social, impondo um verdadeiro colapso na formação econômica brasileira³.

O nível de internacionalização da economia brasileira hoje é gigantesco, em que os setores mais dinâmicos como automobilístico, aeroespacial, alimentos e bebidas, eletroeletrônico, farmacêutico, digital, petroquímica, telecomunicações, comércio e agronegócio são suportes produtivos de poderes imperialistas organizados transnacionalmente⁴. Mesmo as empresas nacionais mais importantes como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce tem expressiva participação acionária de empresas transnacionais ou grandes grupos financeiros em seu patrimônio. Não menos espantoso está a intensa invasão de grupos estrangeiros na compra de terras no Brasil, permitindo a junção de interesses financeiros ao secular latifúndio, capaz de transformar o país, não como dizem, em um “celeiro do mundo”, mas uma plataforma imperialista do agronegócio voltada para a oferta em escala mundial de produtos agrícolas transgênicos e com elevado potencial para contaminação humana via agrotóxicos e pesticidas⁵.

Esse poder também emana do total controle do orçamento público da União para a rolagem da dívida pública, cuja remuneração de juros constitui umas das mais rentáveis do planeta. Um exemplo, a partir dos dados compilados recorrentemente por Fatorelli no âmbito da Auditoria Cidadã da Dívida (2015), está no anúncio de corte

³ A síntese de tal processo pode ser entendida em SAMPAIO Jr. (2010) e GONÇALVES (2013).

⁴ Sobre tal processo de internacionalização recente na economia brasileira ver: GODEIRO (2011).

⁵ Novas perspectivas da questão agrária no Brasil podem ser consultadas em STEDILE (2013).

fiscal de R\$70 bilhões do orçamento no Governo Dilma a ser utilizado para superávit primário (receita menos despesas de custeio e previdência antes de pagar os juros da dívida pública). Este “esforço fiscal”, como denomina os economistas neoliberais, é todo drenado para o pagamento de juros, amortização e recompra de títulos da dívida pública. Só no ano passado foram pagos R\$ 334,6 bilhões em juros para os credores, pertencentes a uma rede rentista vinculada ao imperialismo. Para se ter uma idéia da espoliação, mais de 45% do orçamento público é utilizada para rolagem desta dívida que tem um estoque de 3,5 trilhões de reais ou US\$560 bilhões (64% do PIB), sendo que só em junho de 2015, os juros consumiram R\$ 23 bilhões. De 2013 até o fim de 2015, o total de gastos com juros atingirá R\$ 1,038 trilhão. Para alcançar o superávit primário para pagar estes juros, no dia 31 de julho deste ano, saiu um decreto com um corte adicional de R\$ 8,47 bilhões nas despesas do governo federal, sendo que a saúde perdeu R\$ 1,7 bilhão e a educação R\$ 1,16 bilhão. Mais interessante é o reduzidíssimo acesso que se tem para adquirir estes papéis, visto que apenas 12 *dealers*, denominação dos credores exclusivos, podem ser proprietários da emissão primária destes títulos no leilão do Banco Central. Tais tomadores de papéis da dívida pública são instituições financeiras poderosíssimas. Estes repassam com corretagem para o setor privado a oferta destes papéis, cujos tomadores são protegidos pela lei de sigilo (Lei Complementar nº 105/2001).

Em suma, a internacionalização e financeirização da economia brasileira garantem a unidade entre os interesses do capital financeiro, que, por sua vez, permitem a uma oligarquia, melhor dizendo, a uma reduzidíssima camada de brasileiros e de estrangeiros, controlarem as condições de reprodução material da sociedade por meio do seqüestro sistemático do orçamento público e da valorização industrial e agrícola. Dessa forma, a extração de excedentes internos devem se subordinar a uma lógica financeira que não pode prescindir de ganhos de mobilidade, aliás, um direito imperialista de ir e vir no circuito mundial de acumulação, assegurando referenciais de valorização cambial, de variação de preços nominais, orçamento público, totalmente livres de intervenção estatal. Não é por outro motivo que foi retirado das mãos do Estado sua capacidade de definir o valor da moeda, do câmbio e do orçamento fiscal. Tal herança neoliberal foi forjada nos anos 1990, de Collor e FHC, passando por todo o Governo Lula e perpetuando com o segundo Governo Dilma. Ainda que tais níveis de subordinação imperialista possam ser identificados com o período recente, para se dar conta de tamanha gravidade desse quadro devemos revisitar os problemas históricos da formação econômica brasileira.

Imperialismo e as raízes do subdesenvolvimento brasileiro

Como espaço de acumulação primitiva no âmbito da América Portuguesa, o Brasil já nasceu com a alma dependente do capital mercantil diante da espoliação da metrópole lusitana, assim como o corpo definido pela segregação social advinda da destruição da população indígena e da escravização de povos africanos. Como nos ensina Prado Jr. (1987), o caráter originário da economia brasileira se constitui por uma base de produção desenvolvida para o atendimento de necessidades estranhas ao país em função do mercado externo. Latifúndio e superexploração da força de trabalho são elementos fundamentais de nossa formação que subsistem até hoje apesar de expressões abstratas como “democracia racial” e “desenvolvimentismo”. O tipo de relações de trabalho e de produção que aqui se edificaram se inscreve na tradição agropecuária, que produziu condições materiais e morais extremamente precárias para maior parte da população.

Falar em dependência externa e subdesenvolvimento, portanto, significa decifrar os nexos profundos de formação econômica do Brasil, naquilo que Fernandes (2006) denominou de dupla articulação, ou seja, a reprodução secular da subordinação ao capital internacional e da perpetuação da desigualdade social. Para a dependência externa temos que ter claro os diferentes momentos históricos de nossa formação em que se materializaram a apropriação do excedente pelos países centrais; ao passo que para o subdesenvolvimento, temos que entender as diferentes relações sociais de produção que garantiam por meio da superexploração da força de trabalho a geração deste excedente via domesticação e repressão dos trabalhadores. A classe dominante brasileira constitui o resultado dessa conjunção histórica específica, cujo traço preponderante é sua natureza mercantil, caracterizada, por um lado, em um oportunismo, dependência e curto prazismo, que induz a um tipo elitista, ultraconservador e antidemocrático. A burguesia brasileira é, portanto, extremamente débil para enfrentar outras burguesias, principalmente imperialistas, mas, ao mesmo tempo, muito forte no interior do país, visto que organiza politicamente o espaço econômico nacional por meio do controle do Estado num arco de valorização permanente entre seus negócios e do circuito de valorização do capital internacional. Assim, a burguesia brasileira calibra politicamente os canais de assimilação da modernidade capitalista para saciar seus níveis de consumo e garantir as múltiplas oportunidades de negócios a serem criados no bojo de sua dependência ao imperialismo.

Devido à dependência externa e ao subdesenvolvimento, segundo Fernandes (2006), constituiu-se aqui, um capitalismo selvagem voltado para objetivos imperialistas. Por incrível que pareça, mesmo durante o auge do processo de industrialização por substituição de importações nos anos 1950, esta característica secular do capitalismo brasileiro não se desfez. Pelo contrário, reforçou-se, visto que a implantação da indústria pesada, dinamizada pelas empresas transnacionais e complementada pelo Estado desenvolvimentista, internalizou uma nova relação social de poder imperialista via investimentos direto estrangeiros e pela difusão de novos padrões de consumo mimetizados no *american way of life*⁶.

A experiência de industrialização brasileira esteve inserida em um novo momento do imperialismo, cuja ameaça de "outro mundo possível", por meio das várias experiências socialistas em curso desde 1917, desafiavam a ordem capitalista sob regência de sua maior potência que eram os Estados Unidos. Em meio à corrosão das promessas civilizatórias burguesas depois de duas guerras mundiais, além de um complexo industrial militar que poderia extinguir toda a raça humana pela bomba atômica, a vigilância era redobrada nas franjas do sistema e em espaços cativos de dominação imperialista como a América Latina. Focos de socialismo deveriam ser atacados como forma de blindar o espaço periférico de acumulação ante o adverso contexto de Guerra Fria. Autores como Gramsci (2007), Baran (1984) e Magdoff (1972) nos auxiliam a entender este momento de internacionalização produtiva, no qual empresas transnacionais eram os principais meios que se difundiam, não apenas uma nova forma de dominação pela economia, mas, uma racionalidade imperialista circunscrita a uma atmosfera de segurança ostensiva e de difusão cultural de massas via demanda de bens de consumo duráveis e de expansão de alienantes meios de comunicação. A ideologia imperialista dissimulava seu controle por referenciais abstratos de poder, tais como: "desenvolvimentismo", "democracia cristã" e "liberdade".

Em suma, essa etapa do imediato pós-Segunda Guerra e de industrialização pesada brasileira constituiu um novo nexos imperialista e a gênese de um complexo multinacional em que o capital internacional ingressado nessa época no Brasil, longe de romper a dupla articulação de Fernandes (2008), o aprofundou num nível maior⁷. Por outro lado, este nexos também demonstrava uma unificação dos interesses geopolíticos norte-americanos por uma rede de internacionalização desde a Europa até à periferia. Por de trás da euforia desenvolvimentista, baseada na modernização

⁶ Algo que desenvolvemos em nosso trabalho: CAMPOS (2009).

⁷ Para apreensão da categoria "complexo multinacional" ver nosso trabalho: CAMPOS (2014).

dos padrões de consumo de uma demanda reprimida das classes dominantes e da multiplicação das possibilidades de seus negócios internos, estava a continuidade das graves mazelas sociais brasileiras⁸.

A exacerbação dos problemas estruturais de nossa formação que passavam pela necessidade das reformas agrária, tributária e urbana, isto é, as próprias linhas gerais da construção da civilização brasileira, foram interdidas por este complexo multinacional com o Golpe de 1964. Na ditadura militar esse novo nexos imperialista, marcado pela industrialização e pelo domínio do mercado interno, sepultou de vez as possibilidades de uma revolução brasileira que conseguisse domesticar o capitalismo a partir da difusão de agendas sociais democraticamente organizadas por um complexo nacional-popular. Foram feitas reformas no sentido oposto, as quais garantiram um imenso crescimento da economia, sustentado por práticas ditas desenvolvimentistas, mas que na verdade aprimoraram o acesso para o capital internacional por meio de reformas financeiras, modernização conservadora dos laços de dependência e pelo aumento da repressão política. Aqui se firmou um regime de valorização capitalista entre as burguesias brasileiras, empresas transnacionais e um intenso processo de endividamento externo, transformando o Brasil em um dos países mais desiguais do mundo e com maior estoque de dívida externa dentro da América Latina.

Com a crise dos anos 1970, na qual os dois choques do petróleo (1973 e 1979) eram a superfície de uma profunda crise estrutural do capital como denominou Mézáros (2009), seria solapada as bases do processo de industrialização por substituição de importações que se proclamava como políticas do "Brasil-potência" entre o chamado "Milagre Econômico" (1968-1973) e o "Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento" (II PND) em 1974. Essa crise significou para o capitalismo a reestruturação produtiva e financeira, inclusive incidindo sobre uma articulação transnacional inédita das corporações, que fez emergir um novo padrão mundial de acumulação caracterizado pela financeirização, precarização do trabalho e pelo neoliberalismo. De um regime centralizado de acumulação, em que as empresas, mesmo as transnacionais, se organizavam por rígidas fronteiras nacionais de modo a integrarem-se em cadeias produtivas nacionais formadas por empresas estatais e locais, passou-se para articulação de redes industriais organizadas por uma teia global, cuja revolução da microeletrônica, desenvolvimento militar e a alforria do capital financeiro transformavam a órbita de valorização imperialista em uma mundialização financeira como definiu Chesnais (1998).

⁸ Para entender a particularidade da transnacionalização e da reprodução dos padrões de consumo dos países centrais pelas classes dominantes brasileiras ver: FURTADO (1974).

Com isso, o imperativo do imperialismo nesta fase seria a adequação dos Estados nacionais à valorização do capital financeiro, onde seriam criados diversos canais de permeabilidade entre os espaços econômicos nacionais garantidos por políticas econômicas, intelectuais, sociais e regionais de cunho liberal. Também a dita flexibilização na regulação trabalhista e no desmonte das políticas de *welfare-state* nas economias centrais eram condições imprescindíveis para o ajustamento aos novos tempos. O comportamento das empresas transnacionais, antes compreendido pela internacionalização dos mercados internos protegidos nacionalmente, seguiu agora o eixo de uma integração global condicionada por acordos regionais capazes de integrar cadeias produtivas verdadeiramente mundiais, além de submeter a questão nacional à transnacionalização do capital.

Diferentemente dos apologistas da ditadura que afirmavam nos anos 1970 que “a crise era apenas conjuntural”, visto que “o Brasil era uma ilha de prosperidade em um mar revoltoso”, a crise da dívida externa em 1982 iniciada pela moratória mexicana expunha a fragilidade de uma industrialização brasileira que, apesar de transforma-se na mais complexa do continente, jamais se desvencilhou de seu sentido colonial, ou seja, da dependência externa e do subdesenvolvimento. Em virtude desta crise nos anos 1980, a economia brasileira mergulhou em um doloroso processo de estagflação (baixo crescimento, desemprego estrutural e aumento dos preços relativos), em que a política macroeconômica perdeu totalmente seu sentido desenvolvimentista, uma vez que as forças imperialistas, representadas pelos EUA na figura do Fundo Monetário Internacional (FMI), impuseram a exigência de transferência de pagamentos exorbitantes de juros ao exterior para saldar o serviço da dívida externa. A política de ajuste sob tutela do FMI significava – além de medidas como contração creditícia, elevação de juros, severos ajustes fiscais, redução da expansão monetária –, em termos estruturais, o vaticínio da era desenvolvimentista, visto que qualquer tentativa de restaurar o projeto de industrialização estava comprometida.

Além da especulação de estoques de matérias primas e insumos com as desvalorizações cambiais e das exportações de produtos de baixa densidade tecnológica e *commodities*, a “galinha dos ovos de ouro” da burguesia passava a ser a remuneração diária de papéis da dívida pública no *overnight*⁹. Assim como o pau-brasil deixou de ser negócio rentável para cana-de-açúcar, e esta para o café e a borracha, a indústria perdia seu lugar para os ganhos fáceis com a inflação e as

⁹ Significa um mercado diário de troca de papéis que vencem em 24 horas e que estão lastreados em dívida pública, sendo remunerados por taxas de juros bem acima da inflação corrente.

exportações. Começava aqui o colapso da formação econômica brasileira que tinha na crise da industrialização sua razão de ser. Momento-chave este em nossa história, no qual Furtado (1992) chamou de a “construção interrompida”.

Tamanha desestruturação econômica brasileira não ficaria incólume às pressões sociais, abrindo um momento delicado entre o passado e o futuro. No olho do furacão da crise da economia brasileira, marcada pela estagflação e pela reconfiguração de suas bases para a mundialização financeira, nasceram forças populares de contestação que reivindicavam reformas imediatas diante da piora das condições de vida da classe trabalhadora. Foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, criou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e a formação do Movimento do Sem-Terra (MST) em 1984, todos aglutinados no movimento de redemocratização do país e pela luta por melhores condições de vida para maior parte da sociedade brasileira.

Assim, aquele antagonismo neutralizado pelo golpe de 1964, entre um complexo multinacional *versus* um complexo nacional-popular, parecia voltar com toda força na sociedade brasileira diante da crise dos anos 1980. A luta de classes entre a burguesia, que impunha a reprodução do capitalismo dependente, e a contestação do povo brasileiro, se explicitava novamente, sendo o movimento das “Diretas Já” e a Constituição de 1988 o retrato fiel de como o Brasil se colocava nesse novo desafio histórico. Todavia, por mais que se avançasse do ponto de vista formal, conquistando certos ganhos de cidadania, a continuidade real da dependência e do subdesenvolvimento não recuava um centímetro sequer. As classes dominantes e seu velho poder de cooptação mais uma vez na história brasileira atuaram intensamente, cuja habilidade burguesa permitiu a transição econômica e política de “forma segura” e garantidora dos velhos laços de associação subordinada ao imperialismo. Em um momento de crise tão grave, a possibilidade da constituinte se transformar em uma arena política, que catalisasse a luta de classes rumo à revolução brasileira, era um risco que a burguesia jamais gostaria de voltar a correr. Assim, o antigo lema: “lenta, gradual e segura”, nos dizeres de Fernandes (2014) uma “transição transada”, reafirmou-se com a “contrarrevolução permanente” testada e aplicada com sucesso desde a ditadura militar, desenhando os principais contornos da “democracia restrita” que perduram até hoje¹⁰.

Os anos 1990 marcaram a última fase de ajustamento da economia brasileira ao padrão mundial de acumulação que vivemos até hoje. Na verdade tal momento se

¹⁰ Para um retrato fiel desse tenso momento na vida brasileira ver: FERNANDES (2014).

refere a uma longa adaptação da economia brasileira à agenda neoliberal iniciada na crise da dívida externa, no enfraquecimento das empresas estatais para o ajustamento externo, na desregulamentação do mercado de trabalho, nas aberturas comercial e financeira, até encontrarmos o espaço econômico do país suficientemente preparado para receber mais um ciclo de internacionalização do capital. Todavia, diferente da “época de ouro” do desenvolvimentismo que o capital internacional gerava crescimento econômico sustentável e adensamento das cadeias produtivas pela expansão das forças produtivas, nesse momento sua ação promove privatização, desnacionalização, regressão produtiva, desemprego e crise fiscal, em meio à estabilização monetária vinda do Plano Real de FHC.

Nessa época imperialista contemporânea, o papel do Estado deve-se limitar a gestor de políticas econômicas que funcionam como guardiãs das “decisões racionais de alocação do mercado”, isto é, políticas autonomizadas que sancionem, sem grandes percalços, a mobilidade do capital financeiro. Os Governos Lula e Dilma, embora tenham apresentado em seu período um crescimento econômico maior, melhorias no salário mínimo e nas políticas assistencialistas, não romperam com esse modelo macroeconômico liberal alicerçado no cambio flutuante, regime de metas de inflação e superávit primário, inclusive, nem mesmo diante da severa crise de 2008. Tampouco contrariaram os interesses burgueses que permitiram o avanço da internacionalização, da financeirização e da reprimarização da economia brasileira nas últimas décadas. Alta mobilidade do capital internacional, política econômica liberal e a manutenção da segregação social são elementos fundamentais de uma burguesia mundial que abandonou desde o século XIX seu horizonte civilizacional. Assim, atacar hoje a dependência externa e o subdesenvolvimento face ao imperialismo, na contramão do colapso da formação econômica brasileira, requer não apenas a reinvenção anacrônica do desenvolvimentismo, mas a superação da ordem atual pela luta socialista. Do contrário: o caminho continua sendo a barbárie.

Referências

- AUDITORIA Cidadã da Dívida, acesso em 15/08/2015 do site: <http://www.auditoriacidada.org.br/>.
- BARAN, Paul Alexander *A Economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BIS, *Bank for International Settlements*, acesso em 15/08/2015 do site: <http://www.bis.org/statistics/index.htm>
- CAMPOS, Fábio Antonio de *A Arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Campinas: 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

- _____ "Imperialismo e internacionalização dos mercados latino-americanos nos anos 1950" In: XVII Encontro Nacional de Economia Política (UFRJ-IE), 2012, Rio de Janeiro-RJ. Desenvolvimento e meio ambiente: crítica da economia política, 2012, site: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2103>.
- _____ "Complexo multinacional e a Lei de Remessas de Lucro (1956-1973)". *Texto para discussão*, n. 245, Instituto de Economia – Unicamp, 2014, site: <http://www3.eco.unicamp.br/>.
- _____; COSTA, José Monteiro da Costa "A Escala nacional diante da transnacionalização do espaço local", *Argumentum*, v. 4, 2012. <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2904>.
- _____; SABADINI, Maurício de Souza "Hilferding e o nexu imperialista entre capital financeiro e exportação de capital", *Texto para discussão*, n. 243, Instituto de Economia – Unicamp, 2014, site: <http://www3.eco.unicamp.br/>.
- CHESNAIS, François (Org.) *A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- FERNANDES, Florestan *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Global, 2006.
- _____ *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para reforma política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.
- FURTADO, Celso Monteiro *O Mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- _____ *Brasil: a construção interrompida*. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GODEIRO, Nazareno "O Governo Lula e a recolonização econômica do Brasil", *Correio Internacional*, 2011, acesso em 15/08/2015 do site: <https://www.archivoleontrotsky.org/download.php?mfn=11377>.
- _____ "A Atualidade da teoria do 'Imperialismo' de Lênin", LIT-QI, acesso em 15/08/2015 do site: http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=4037:a-atualidade-da-teoria-do-imperialismo-de-lenin&catid=41:mundo&Itemid=57.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GRAMSCI, Antonio *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hidra, 2007
- HILFERDING, Rudolf *O Capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LENIN, Vladimir *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.
- LUXEMBURGO, Rosa A *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MAGDOFF, Harry. *A Era do imperialismo: a economia norte-americana*. Lisboa: Portucalense, 1972.
- MÉSZÁROS, István *A Crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho, acesso em 15/08/2015 do site: <http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/lang--en/index.htm>.
- PRADO Jr., Caio *A Revolução brasileira*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SAMPAIO Jr., Plínio Soares de Arruda "Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina" In: CASTELO, R. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- STEDILE, João Paulo *A Questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, v.8, 2013.
- VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATTISTON, Stefano. "The Network of Global Corporate Control", set 2011, Disponível em: <http://arxiv.org/pdf/1107.5728.pdf>.

Sobre o autor:**Fábio Antonio de Campos**

Professor e coordenador do Núcleo de História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Possui graduação em ciências econômicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), mestrado em história econômica e doutorado em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faz parte do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). Correio eletrônico: fcampos@unicamp.br.